

Título da comunicação: Gestão de arquivos em contexto de reestruturação: o caso da Secretaria-geral do Ministério da Economia.

Resumo:

Nesta comunicação pretende-se apresentar o desafio que representa a gestão da informação arquivística na Secretária-geral do Ministério da Economia, atendendo ao seu contexto recente de frequentes alterações orgânicas, funcionais e normativas.

Com efeito, esta Secretaria-Geral resultou da fusão de duas secretarias-gerais – a ex-Secretaria-Geral da Economia, Inovação e Desenvolvimento e a ex-Secretaria-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações - e de uma inspeção-geral, a Inspeção-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

O Ministério que representa sofreu também, no espaço de dois anos, profundas alterações orgânicas e funcionais com grande impacto na gestão dos seus arquivos.

De facto, o Decreto-Lei n.º 126 -C/2011, de 29 de dezembro, que criou a Secretaria-Geral do Ministério da Economia e do Emprego, foi revogado em janeiro de 2014, por ocasião da aprovação da nova estrutura e a orgânica do XIX Governo Constitucional, da qual resultou a criação do Ministério da Economia e da sua Secretaria-Geral. Operou-se desta forma, novamente, uma significativa alteração orgânico-funcional, com a transição das áreas do emprego e da energia para, respetivamente, o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e para o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

Sendo os arquivos a evidência da gestão institucional, são também eles próprios o testemunho das suas vicissitudes, pelo que importa refletir acerca dos impactos e exequibilidade das estratégias possíveis na gestão da fusão de massas documentais, os seus principais constrangimentos e os ensinamentos que se poderão retirar para o futuro.

Em sede de tão complexo e mutável sistema, abordar-se-ão as contingências da gestão de arquivos em contexto de grandes mudanças orgânicas e os sobressaltos

no delineamento de um plano de ação - necessariamente por etapas, com intervenções técnicas de natureza próxima - de modo a garantir a aplicabilidade dos instrumentos reguladores e de gestão consignados na lei.

Para além do referido, serão ainda mencionadas algumas questões resultantes da especial atribuição desta Secretaria-Geral no âmbito da designada “Prestação Centralizada de Serviços”, especificando-a no que à área da documentação e ao contexto dos arquivos diz respeito.

Por último abordar-se-á a importância para esta Secretaria-Geral, em particular no contexto de mudança, da normalização de procedimentos, internos e gerais, e da existência de instrumentos orientadores.

Nota biográfica:

Pollyana Soares. Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa — Menção de Ciências Jurídico-Políticas. Diretora de Serviços de Documentação, Comunicação e Relações Públicas da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, desde outubro de 2012. Exerceu, desde 1993, diversos cargos dirigentes na Administração Pública.